

TEORIA DO CONHECIMENTO

ÍNDICE

1. O que é o conhecimento?
2. Primeira fase do conhecimento: fase sensível (sensações, percepções e representações).
3. Segunda fase do conhecimento: fase conceptual.
 - 3.1. Conceitos, juízos e deduções.
 - 3.2. Hipóteses científicas, leis e teorias científicas: epistemologia e metodologia.
4. Verdade objetiva, absoluta e relativa.

Questão fundamental: Podemos ou não conhecer o Mundo (Mundo = realidade objetiva = Natureza + ser humano e sociedade)?

1. O que é o conhecimento?

O *conhecimento* é a reprodução sensível¹ e conceptual² da realidade objetiva (ou seja, que existe fora e independentemente da consciência³), natural e social, efetuada pelo cérebro humano⁴.

¹ Traduzida em sensações, percepções e representações. O significado destes termos será explicado no ponto 2.

² Traduzida em conceitos, juízos, deduções, hipóteses, leis e teorias científicas. O significado destes termos será explicado no ponto 3.

³ O *pensamento = atividade cognitiva* é o processo de elaboração do conhecimento. A *consciência* é a concretização a nível psíquico desse processo. Daí a frequente indiferenciação no uso das

Por que motivo tal reprodução se restringe ao ser humano?

Esta reprodução da realidade verifica-se no decurso da *atividade social / vida prática*, essencialmente do *trabalho*. Por seu turno, o trabalho define-se como uma intervenção progressiva sobre a Natureza, a sociedade e o próprio trabalhador; o que pressupõe a fabricação de instrumentos para intervir sobre a Natureza e a sociedade.

Esta fabricação é algo que é alheio à atividade dos restantes animais; pois estes, no máximo, adaptam o respetivo meio ambiente utilizando elementos que encontram prontos na Natureza. É por este motivo que, por exemplo, excetuando o Homem nenhum animal conseguiu intervir no sentido de aumentar a produtividade das plantas. Assim sendo, no caso dos outros animais não existe trabalho e conhecimento mas, apenas, um processo de adaptação biológica ativa à Natureza. Portanto, o termo “conhecimento” restringe-se ao ser humano.

O conhecimento é expresso pela *linguagem*⁵, oral e escrita. Ora, mediante os órgãos dos sentidos não se pode estabelecer semelhança (ou seja, não há analogia) entre, por um lado, a

palavras “consciência” e “conhecimento”: Por exemplo, diz-se “tenho consciência de que isto é assim” ou “tenho conhecimento de que isto é assim”.

⁴ O cérebro humano é parte integrante do sistema nervoso.

Sistema nervoso humano = central + periférico.

Sistema nervoso central = medula + encéfalo.

Encéfalo = **cérebro** + cerebelo + bolbo raquidiano.

Sistema nervoso periférico (nervos + gânglios) = somático + vegetativo.

Sistema nervoso vegetativo = simpático + parassimpático.

⁵ A linguagem é um meio de comunicação (tem a intenção de “pôr em comum” algo) composto por unidades isoláveis (palavras), formalmente idênticas de mensagem para mensagem, sendo as mensagens construídas segundo regras de combinação estáveis.

realidade natural (por exemplo, um relâmpago) e psicossocial (por exemplo, a tristeza) e, por outro lado, as palavras e as frases (nos casos em apreço, as palavras “relâmpago” e “tristeza”). A relação existente é, portanto, puramente convencional ou extrínseca.

Esquemáticamente:

- Realidade objetiva (natural e social) → cérebro humano + atividade social → conhecimento → linguagem.

Grandes figuras do pensamento europeu deram respostas substancialmente diferentes. Por exemplo, Platão defendeu na sua obra *Ménon* que o conhecimento (atual) é reminiscência do obtido numa vida anterior; sendo a transmissão efetuada por via da alma imortal.

2. Primeira fase do conhecimento: fase sensível (sensações, percepções e representações).

As *sensações* resultam da ação do Mundo (os *estímulos*) sobre os órgãos (biológicos) recetores. Já o filósofo grego Demócrito de Abdera (460-370 A. C.) referia que na base do nosso conhecimento estavam as sensações. Por exemplo, as sensações visuais e as decorrentes imagens visuais (resultantes da síntese das sensações visuais) resultam da transformação (nos olhos e, posteriormente, no cérebro humano) das ondas de luz refletidas pela superfície dos objetos:

Superfície dos objetos → ondas de luz → olhos → cérebro humano → sensações visuais → imagens visuais.

Os órgãos (biológicos) recetores dividem-se em três grupos: *interocetores* (localizados nos órgãos internos do corpo humano: estômago, fígado, ...); *proprioctores* (localizados nos músculos, tendões e articulações); *exteroctores*, destinados a captar os estímulos externos (associados aos “cinco sentidos”).

A *percepção* é a tomada de consciência de um objeto real, a qual resulta da síntese e avaliação de múltiplas sensações. Portanto, distingue-se da sensação devido à sua maior complexidade.

Continuando com o exemplo das sensações e imagens visuais, a percepção depende, não só (1) das características dos elementos do Mundo, exteriores à nossa consciência (os *estímulos*) e (2) do nosso organismo (olho e cérebro) mas também (3) da *atividade social* e da consequente *experiência*.

Este terceiro aspeto é fulcral. Por exemplo, o reflexo de um prédio de habitação na retina⁶ do olho ocupa apenas alguns milímetros; e é o nosso cérebro que, ao criar a imagem visual do prédio, o põe automaticamente em correspondência com os outros objetos e, desta forma, nos dá uma informação correta das suas dimensões. Também uma vara de madeira imersa na água nos parece partida, mas sabemos que isso é, apenas, uma ilusão ótica.

Ora, esta capacidade de captarmos a realidade não é inata - um recém-nascido não a tem - mas sim derivada da atividade social do ser humano e da consequente experiência.

⁶ A retina é a membrana do olho sensível à luz. Efectivamente, é na retina que se encontram as células óticas fotossensíveis.

Do mesmo modo, um habitante da floresta equatorial e um habitante da estepe russa têm uma diferente noção do espaço. Ora, um quilómetro, um olho e um cérebro são isso mesmo, na floresta ou na estepe; mas a vida prática e a consequente experiência é que são diferentes. Finalmente, um indivíduo nascido e criado em Lisboa não tem a capacidade de detetar o percurso de um pequeno animal na selva amazónica; mas o indivíduo que lá nasceu e foi criado tem essa capacidade.

Uma perceção é, assim, uma imagem subjetiva que reflete o Mundo, mas não de uma forma direta. Em vez disso, ela é mediatizada pela experiência do Homem.

Esquemáticamente:

- Realidade objetiva (natural e social) → órgãos (biológicos) recetores → cérebro humano + atividade social e experiência → perceção.

Fenómeno de um objeto real é aquilo que dele nos *apercebemos* através das sensações (ou seja, é a *perceção* do mesmo) (1) diretas, obtidas por via dos nossos sentidos, ou (2) obtidas com recurso a instrumentos de trabalho.

Por exemplo, uma “maçã” é um fenómeno resultante de sensações visuais, olfativas, táteis e gustativas. Nestes termos, a maçã é um *fenómeno de primeira ordem*. Se olharmos para a maçã através de um microscópio pouco sofisticado, teremos outra sensação pois já veremos a sua estrutura celular⁷; e, nestes termos, a maçã assim

⁷ A célula é a unidade básica dos organismos vivos. Um organismo complexo, como o ser humano, é composto por milhões de células.

analisada transformar-se-á num *fenómeno de segunda ordem*. Se recorremos a um microscópio eletrónico, teremos já uma outra perspetiva da maçã e, nestes termos, a maçã já constituirá um *fenómeno de terceira ordem*. E assim por diante. À medida que vamos aumentando a ordem vamo-nos apercebendo das propriedades e ligações mais íntimas (ou, últimas) dos objetos e processos.

Para o filósofo empirista escocês David Hume (1711-1776) o conhecimento reduzia-se à apreensão dos fenómenos. A montante destes (ou seja, no âmbito concreto da Natureza, do ser humano e da sociedade) encontrar-nos-íamos no domínio da incognoscibilidade. A mesma atitude teve o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804): a razão pura (a capacidade de conhecer) limitava-se à apreensão dos fenómenos, negando a possibilidade de conhecer a “coisa em si”... embora reconhecendo a existência da “coisa em si”.

Por seu turno, os filósofos racionalistas excluem ou minimizam o papel da experiência na formação do conhecimento. O conhecimento advém da *razão*: uma faculdade mental inata e eterna que permite ao ser humano conhecer a verdade, independentemente da atividade social presente e passada. O conhecimento tende, assim, a tornar-se um conjunto de deduções efetuadas a partir de um conjunto de apriorismos.

Finalmente, as *representações* já não decorrem imediatamente - mas sim, mediatamente - de um contacto direto com o Mundo. Por exemplo, embora o edifício Monumental, em Lisboa, já tenha sido

destruído, não sendo possível atualmente obter uma imagem visual dele, a nível da consciência mantemos a representação do mesmo.

3. Segunda fase do conhecimento: fase conceptual.

3.1. Conceitos, juízos e deduções.

Para conhecer e transformar o Mundo, as sensações, as percepções e as representações são insuficientes. Isto porque apenas permitem detetar fenómenos, mas não a respetiva essência. Além disso, elementos matemáticos, processo histórico, matéria, etc. não são apreensíveis através de sensações.

Para determinar a essência dos fenómenos e para detetar realidades não apreensíveis sensorialmente necessitamos dos *conceitos* e dos processos lógicos a eles ligados (*juízos e deduções*).

Os *conceitos* referem-se a objetos e a processos da realidade objetiva mas, tal como a representação, estão mediatamente ligados a tais objetos e processos. Contudo, ao contrário das representações, **a criação dos conceitos exige um processo de generalização e de abstração.**

Por exemplo, das características que o olho e o cérebro retêm de uma alface, de um pepino e da relva de um jardim há uma que é comum: a cor verde. Trata-se de uma sensação comum que temos proveniente destes diferentes elementos, independentemente do facto de o verde ser mais ou menos escuro. Esta sensação comum

implica uma idealização que é expressa na linguagem pela palavra “verde”. “Verde” é, então, um conceito expresso pela linguagem⁸.

Vejam os outros exemplos. Na sua essência, a água é H₂O: ela é composta de partes constitutivas básicas, denominadas moléculas, compostas por sua vez de dois átomos de hidrogénio e um átomo de oxigénio. Trata-se de um conceito resultante de um processo de abstração⁹.

Outro exemplo, ainda. No âmbito da economia, o “trabalhador por conta de outrem” não é apreensível sensorialmente, mas sim resultante de um processo de abstração e de generalização - trata-se de um conceito¹⁰.

Esquemáticamente:

- Sensações → fenómenos → generalização e/ou abstração → conceitos;
- Aspectos não apreensíveis sensorialmente → generalização e/ou abstração → conceitos.

Os conceitos permitem perceber as relações existentes entre aspectos da realidade objetiva (natural e social). Podem ser sistematicamente evidenciadas certas relações em detrimento de outras que são consideradas, por um determinado ser humano e pela sociedade, como menos relevantes.

⁸ Determinação da essência dos fenómenos (alface, pepino e relva) por via da generalização.

⁹ Determinação da essência do fenómeno (água) por via da abstração.

¹⁰ Determinação de uma realidade não apreensível sensorialmente (trabalhador por conta de outrem), por via da abstração e da generalização.

Além disso, os conceitos evoluem historicamente: veja-se o caso do conceito "Lua".

Finalmente, os conceitos podem ser relacionados entre si, no sentido de obtermos outros conceitos mais elaborados. Para que este relacionamento reflita a realidade objetiva, é necessário que ele reflita corretamente o relacionamento entre aspetos dessa realidade objetiva.

Por exemplo, se relacionar os conceitos "triângulo" e "simpatia", obtenho o conceito "triângulo simpático"; que não reflete a realidade objetiva, visto não existirem "triângulos simpáticos".

Surge, assim, o perigo de o pensamento e a respetiva consciência se separarem completamente da realidade objetiva. Deste perigo, só a atividade social nos defende: ao fim de nove anos de vida em sociedade, é quase certo que a criança já não acredita que existam "triângulos simpáticos". Provavelmente, perante este conceito, replicará: O que tem uma coisa a ver com a outra?

O relacionamento entre conceitos é efetuado por meio de *juízos* e *deduções*.

O *juízo* é a afirmação ou a negação de algo relativamente a um sujeito. A *dedução* é uma cadeia de juízos organizados de tal forma que cada um deles se depreende dos outros, segundo leis lógicas.

Por exemplo, com quatro conceitos - "casa", "situação", "busca", "praia de Mira" - podemos formar o juízo "a casa que busco está situada na praia de Mira" (afirmação relativa à localização da casa). A partir deste juízo podemos efetuar a seguinte dedução: "se a casa

que busco está situada na praia de Mira, então tenho de ir à praia de Mira”.

Também aqui a atividade social, nomeadamente o trabalho, é elemento fundamental enquanto fonte de conhecimento, pois é ela que permite formular juízos corretamente e estabelecer o seu encadeamento lógico.

Esquemáticamente:

- Conceitos → juízos → deduções.

3.2. Hipóteses científicas, leis e teorias científicas: epistemologia¹¹ e metodologia.

A *ciência* tem por objetivo fundamentar e sistematizar o conhecimento. A ciência tem as suas raízes na atividade social, especialmente no trabalho. Por exemplo, a astronomia surgiu no antigo Egito devido à necessidade de prever as condições atmosféricas; previsão que era fulcral para viabilizar a agricultura nas margens do rio Nilo. Outro exemplo, ainda: nos séculos XIX e XX as necessidades da indústria foram a mais poderosa força impulsionadora do desenvolvimento científico.

As *leis*¹² *científicas* resultam, portanto, da realidade objetiva: existem independentemente do sujeito/ser humano. Por exemplo, a

¹¹ A epistemologia é o estudo crítico da *forma* (e não, do *conteúdo*) da ciência. “Crítico” porque trata o valor objetivo do conhecimento científico (a ciência pode descrever a Natureza, o ser humano e a sociedade? Se sim, em que medida?). O estudo do conteúdo consubstancia-se no estudo da matéria científica em apreço (no caso da economia, é o estudo da produção e da distribuição da riqueza).

¹² *Leis* são relações estáveis, necessárias e internas entre fenómenos.

Terra gira em torno do Sol e, para que tal acontecesse, não teve necessidade de esperar pelo dia em que o astrónomo polaco Nicolau Copérnico (1473-1543) referiu o facto. Daí que o físico alemão Albert Einstein (1879-1955), personalidade notória também no âmbito epistemológico, afirmasse que só pode haver ciência se existir a convicção de que, com as construções teóricas (conceitos, juízos, deduções), é possível conhecer.

Por seu turno, um sistema¹³ de leis científicas denomina-se *teoria científica*.

A existência de leis científicas não significa que o Homem seja um ser passivo perante elas, mas sim que (1) é capaz de conhecer estas leis e, com base nelas, proceder a mudanças na Natureza e na sociedade – ou seja, agir sobre a realidade objetiva; (2) e que pode apoiar-se em determinadas leis, com vista a contrariar o efeito de outras. Exemplo de (1): com base nas teorias da biologia molecular o ser humano pode criar novas espécies biológicas. Exemplo de (2): o ser humano pode utilizar leis da mecânica e da aerodinâmica para contrariar a lei da gravidade e, deste modo, possibilitar o voo de aviões e de naves espaciais. Portanto, não há nada mais prático do que uma boa teoria.

A *hipótese* é a forma mais importante de aparecimento das leis e das teorias científicas. A hipótese pode surgir:

¹³ Um *sistema* é um conjunto de elementos interdependentes, ou seja, ligados entre si por relações tais que, se uma se modifica, as outras modificam-se também e, conseqüentemente, todo o conjunto se transforma (cf. O biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy).

- A partir de observações acumuladas que não tiveram explicação com base nas teorias anteriores - e temos, então, uma *generalização empírica*;
- Como conjectura criativa do cientista, que tem em conta outras leis e teorias firmemente estabelecidas.

A hipótese é posteriormente sujeita a validação por via da *experimentação* (forma científica da prática). Não uma experimentação qualquer, mas sim uma experimentação efetuada: (1) com base num dado conhecimento científico de quem experimenta; (2) com a ajuda de instrumentos adequados; (3) regra geral, com base num plano prévio; (4) com um objetivo rigorosamente definido; (5) com base numa metodologia adequada. Temos, assim, a *observação científica* da realidade objetiva (natural e social).

Atenção à possibilidade de a experimentação ser mal efetuada, levando-nos a concluir erradamente que a hipótese é verdadeira ou falsa.

O cientista italiano Galileu Galilei (1564-1642) é, a este respeito, uma figura incontornável. Com ele, surgiu na cultura europeia alguém de nomeada a afirmar que raciocínios apriorísticos não desvendam os segredos da Natureza. Pelo contrário, é necessário observar, colocar hipóteses e experimentar.

A experimentação científica pode ser de vários tipos, eventualmente todos eles entrelaçados numa mesma experimentação concreta:

- De *investigação*, visando detetar novos fenómenos, novas propriedades ou laços anteriormente desconhecidos entre os fenómenos;
- De *verificação*, cujo objetivo é a confirmação ou a refutação de hipóteses e a avaliação da sua exatidão;
- De *construção*, durante as quais se criam novas substâncias¹⁴, antes inexistentes na Natureza;
- De *controlo*, cujo objetivo consiste em verificar ou afinar os aparelhos e instrumentos de medição.

Portanto, também aqui a atividade social e a decorrente experiência se encarrega de selecionar as hipóteses válidas - que passam à categoria de leis ou teorias científicas - anulando as restantes. Por exemplo, a criação de novas espécies biológicas validou inequivocamente as teorias científicas da biologia molecular.

Esquemáticamente:

- Observação ou conjectura → hipótese → experimentação (observação científica da realidade) → leis e teorias científicas.

Historicamente, a ciência tem verificado uma progressiva diferenciação. Paralelamente, tem-se verificado o percurso inverso:

¹⁴ A *substância* caracteriza-se por massa (= quantidade de elementos sensíveis existentes num corpo) constante, forma geométrica, movimento segundo linhas determinadas, limitação no espaço. Não confundir com *matéria*, uma categoria filosófica que é sinónimo de realidade objetiva. NOTA: os campos físicos (electromagnéticos, gravitacionais, nucleares,...) ou a simples sombra de uma árvore não têm massa e, como tal, não são substâncias; mas são matéria, pois existem fora e independentemente da consciência.

a integração da ciência, mediante a transposição de descobertas num determinado ramo científico para outro ramo científico. Por exemplo, a transposição de descobertas no âmbito da psicologia para a robótica.

Métodos científicos gerais do conhecimento.

A)

- Método *dedutivo* - do teórico para o empírico.
- Método *indutivo* - do empírico para o teórico.

No primeiro caso, a partir do nível teórico do conhecimento - no caso das ciências naturais, frequentemente consubstanciado em fórmulas matemáticas e lógicas - é possível verificar a sua veracidade e intervir sobre a realidade objetiva. Há, portanto, um ponto de partida consubstanciado numa base teórica que se assume, à partida, como válida.

No segundo caso, por via do adequado tratamento dos fenómenos da Natureza, do ser humano e da vida social (a estatística e a teoria das probabilidades são, aqui, frequentemente utilizadas), é possível elaborar leis e teorias científicas. Neste caso, o ponto de partida é o fenómeno, ou seja, a perceção de um objeto real; e, por via da generalização, procura firmar-se as leis e as teorias científicas.

B)

- Análise - processo de desintegração de um sistema em subsistemas e elementos simples, a fim de proceder ao estudo desses subsistemas e elementos simples;
- Síntese - processo de integração dos elementos simples e subsistemas num sistema, o qual é agora objeto de um conhecimento que permite a sua utilização prática.

C)

- Método lógico - o objeto do conhecimento é estudado como algo já formado, procurando descobrir os seus aspetos fundamentais, de modo a obter um conhecimento mais profundo sobre o mesmo.
- Método histórico - o objeto do conhecimento é estudado na perspetiva da sua formação, procurando descobrir as leis do seu desenvolvimento.

Exemplo típico de C), no âmbito das ciências naturais, é o da atividade do médico investigador. Confrontado com uma determinada doença, ele começará por estudar as suas características: mudança de temperatura do doente; presença de microrganismos no sangue; alterações anatómicas e fisiológicas; etc. Estamos, assim, no domínio do método lógico.

Seguidamente, ele procurará perceber por que motivo foi contraída a doença e qual o desenvolvimento que ela teve até atingir o estado com o qual ele, médico investigador, foi confrontado. Estamos, agora, no domínio do método histórico.

Exemplo típico de C), no âmbito das ciências sociais, é o estudo da economia de um dado país. Numa primeira instância, o economista estudará as características dessa economia tal como elas se apresentam no momento do estudo (relevância dos setores; relevância dos componentes da despesa nacional¹⁵; taxa de inflação; etc.). Estamos, assim, no domínio do método lógico.

Seguidamente, o economista procurará determinar o processo evolutivo que conduziu a economia à situação com a qual ele foi confrontado. Concluirá, por exemplo, que a estreita interligação do país com outros economicamente mais desenvolvidos resultou no enfraquecimento de determinados componentes da despesa nacional e no reforço de outros. Estamos, agora, no domínio do método histórico.

A *modelagem* é um das formas de obtenção de conhecimento mais difundidas na atividade científica e na sua aplicação prática. O modelo é o objeto substituto. Por exemplo, antes de se construir uma barragem hidroelétrica cria-se outra com as mesmas características, mas em tamanho reduzido, e realiza-se com esta as experiências necessárias. Seguidamente, utilizam-se os resultados obtidos nessas experiências para proceder à construção da barragem efetiva.

A modelagem matemática é uma variedade da modelagem. Aqui, na qualidade de objeto substituto utilizam-se fórmulas numéricas. Colocando nestas fórmulas numéricas diferentes números e

¹⁵ Despesa nacional = produto nacional bruto a preços de mercado = consumo privado + investimento privado bruto (antes de amortizações) + gastos do Estado em bens e serviços +

resolvendo-as avaliam-se realidades concretas. Por exemplo, a partir do valor da propensão marginal para o consumo e do coeficiente de aceleração¹⁶, determina-se o impacto de várias hipóteses de investimento sobre o rendimento nacional¹⁷.

4. Verdade objetiva, absoluta e relativa.

A afirmação que reflete a realidade objetiva denomina-se *verdade objetiva*. Não é, portanto, um “acordo da consciência com ela própria”, como diriam os racionalistas; ou um “acordo da consciência com as sensações”, como diriam os empiristas.

Por exemplo, a afirmação “o Sol e os planetas giram em torno da Terra” contém uma verdade objetiva: os planetas movem-se. A afirmação em apreço, globalmente considerada, constitui uma *verdade relativa*; ou seja, é a parcela de verdade objetiva que corresponde a um dado nível conhecimento - o conhecimento vigente na Europa antes da descoberta do astrónomo polaco Nicolau Copérnico.

A teoria atomística do filósofo grego Demócrito de Abdera constitui outro exemplo de verdade relativa.

exportações de bens e serviços e rendimentos do resto do Mundo – importações de bens e serviços e rendimentos para o resto do Mundo.

¹⁶ A *propensão marginal para o consumo* é o aumento do consumo por unidade de aumento do rendimento. O *coeficiente de aceleração* é a medida em que as despesas em bens de consumo provocam despesas em bens de produção.

¹⁷ O investimento gera rendimento, o qual gera consumo, o qual gera investimento adicional para atender a esse aumento do consumo, o qual gera rendimento.

Quando já não é possível avançar mais em termos de verdade objetiva, deixamos de ter verdade relativa e passamos a ter *verdade absoluta*.

Face a realidades relativamente simples é possível formular verdades absolutas. Por exemplo, “A Figueira da Foz é um aglomerado urbano com menos habitantes do que o Porto” ou, “Napoleão Bonaparte faleceu na ilha de Santa Helena” constituem verdades absolutas.

Face a outras realidades mais complexas, torna-se suspeito afirmar que uma determinada verdade é absoluta. Efetivamente, com o aumento do nosso conhecimento relativamente a determinadas realidades, verificamos frequentemente que aquilo que antes considerávamos ser uma verdade absoluta, afinal não passava de uma verdade relativa. Por exemplo, até ao final do século XIX os cientistas consideravam como verdade absoluta que os átomos eram as menores e indivisíveis partículas da substância. E afinal...

É inegável, todavia, que a afirmação “os planetas do Sistema Solar giram em torno do Sol” contém mais verdade objetiva do que a afirmação “o Sol e os planetas giram em torno da Terra”. Quanto mais elevado é o nível do nosso conhecimento, mais avançamos em direção à verdade absoluta.

É a atividade social que permite verificar se estamos perante conhecimento (= perceção correta) ou perante um erro (= perceção incorreta).

Se resiste à prova da prática, se funciona, então é verdadeiro (há um ditado escocês que diz: “prova-se que é pudim, comendo-o”).

Através da atividade social, nomeadamente do trabalho, o ser humano não só obtém conhecimento (como já visto neste texto) mas também o desenvolve.

Não é, portanto, a evidência (sensorial) que permite ascender ao conhecimento: é evidente que o Sol gira em torno da Terra.

Também não é a razão que permite estabelecer tal distinção. A utilização das regras da lógica para verificar a verdade de algo não advém da razão, mas sim da utilização indireta da experiência: as regras da lógica já foram submetidas inúmeras vezes à prova da experiência e já passaram outras tantas vezes nessa prova.

Respondendo à questão fundamental, colocada no início do texto, dizemos que é possível ir além da apreensão dos fenómenos e, deste modo, conhecermos o Mundo (= realidade objetiva = Natureza + ser humano e sociedade); pois se não o pudéssemos conhecer (= perceber corretamente) não poderíamos ter desenvolvido as nossas condições de existência material. Por exemplo, se não conhecêssemos a Natureza como poderíamos ter construído novas espécies biológicas e aviões? Quem aceita viajar de avião implicitamente acredita que é possível conhecer a Natureza: foi com base nesse conhecimento que se torneou a lei da gravidade e se construiu esse avião.

FIM